

Universidades Lusíada

Granja, Berta Pereira, 1949-

A Liberdade de que tanto se fala : a luta pela Liberdade de 1969 a 1974

<http://hdl.handle.net/11067/7931>

<https://doi.org/10.34628/T5AT-9N27>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Este artigo é a versão escrita da comunicação apresentada no Seminário Internacional realizado em Lisboa sobre "O Serviço Social na Revolução dos Cravos". O artigo narra a minha experiência pessoal como estudante e profissional recém-formada de serviço social, 1969 a 1974. Analisa os contributos da minha experiência neste período tão rico da história da profissão e do país, os seus efeitos no meu percurso de vida e a consequente participação nas actividades de resistência à ditadura. Relata os e...

This article represents the written version of the communication presented at the International Seminar on "Social Work in the Portuguese Revolution". The article narrates my personal experience as a student and newly graduated social work professional (1969 to 1974). It analyses the contributions of my experience in this rich period in the history of the profession and the country, its effects on my life trajectory and the consequent participation in activities to resist the dictatorship. It re...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Granja, Berta Pereira, 1949- - Biografia, Assistentes sociais - Portugal, Portugal - Política e governo - 1933-1974, Portugal - História - Revolução, 1974

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 63 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:03:01Z com informação proveniente do Repositório

**O SERVIÇO SOCIAL NA
REVOLUÇÃO DOS CRAVOS**

Testemunhos

**SOCIAL WORK IN THE
CARNATION REVOLUTION**

Testimonies

A LIBERDADE DE QUE TANTO SE FALA – A LUTA PELA LIBERDADE DE 1969 A 1974

THE FREEDOM WE TALK ABOUT SO MUCH – THE FIGHT FOR FREEDOM FROM 1969 TO 1974

Berta Granja

Docente do ISSSP, Investigadora do CLISSIS

Foram dias foram anos

A esperar por um só dia (...)

Foi o tempo que doía com seus riscos e seus danos.

Manuel Alegre

DOI: <https://doi.org/10.34628/T5AT-9N27>

Data de submissão / Submission date: 20.05.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 30.05.2024

Resumo: Este artigo é a versão escrita da comunicação apresentada no Seminário Internacional realizado em Lisboa¹ sobre O Serviço Social na Revolução dos Cravos. O artigo narra a minha experiência pessoal como estudante e profissional recém-formada de serviço social, 1969 a 1974. Analisa os contributos da minha experiência neste período tão rico da história da profissão e do país, os seus efeitos no meu percurso de vida e a consequente participação nas actividades de resistência à ditadura. Relata os efeitos da repressão fascista na minha vida e no meu trabalho como assistente social, que só não foram mais fortes porque a liberdade chegou a tempo de evitar danos maiores - tinha 25 anos em Abril de 1974.

Palavras-chave: Liberdade; Resistência; Repressão.

Abstract: This article represents the written version of the communication presented at the International Seminar on “Social Work in the Portuguese Revolution”. The article narrates my personal experience as a student and newly graduated social work professional (1969 to 1974). It analyses the contributions of my experience in this rich period in the history of the profession and the country, its effects on my life trajectory and the consequent participation in activities to resist the dictatorship. It reports the effects of repression on my life and my work as a social worker, which were not stronger because freedom arrived in time to avoid further damage - I was 25 years old in April 1974.

Keywords: Freedom; Resistance; Repression.

¹ Inscrito no Programa Nacional das Comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974, o seminário teve a organização conjunta do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/Universidade Lusíada, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Instituto Miguel Torga, Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social. Realizou-se no dia 24 de Abril de 2024.

Introdução

Depois de uma breve contextualização histórica, o artigo começa por referir o significado dos entraves que vivi pela ausência de liberdade em questões tão básicas como escolher a profissão, ter liberdade para conhecer e explorar o saber profissional, nomeadamente o conhecimento científico e mesmo a liberdade para exercer a profissão que a ditadura conseguiu impedir até 25 de Abril de 1974.

Mais significativos e com consequências mais abrangentes foram as experiências que vivi, quando tentaram impedir-me não só de denunciar as condições de vida das populações com quem trabalhei, mas mais ainda quando procurava exigir mudanças nessas condições de vida.

Como marco importante desta experiência é referida a minha candidatura às eleições para a Assembleia Nacional em 1973, integrada numa lista da Oposição Democrática Portuguesa. Como **única mulher** na lista formada por 12 pessoas, fui interveniente em vários espaços públicos durante a campanha eleitoral (setembro e outubro de 1973). O artigo apresenta várias intervenções onde dei voz aos problemas das famílias, mulheres, jovens e crianças sobre a falta de serviços sociais e efeitos da guerra colonial nas políticas públicas e no empobrecimento do país – dentro dos limites impostos pela repressão, ostensivamente sempre presente, como é descrito e ilustrado em imagens.

Todas as experiências vividas vão sendo articuladas com a ligação entre a formação em serviço social, as experiências de imersão nos problemas das populações, num clima social, político e cultural de crítica social crescente e de resistência à ditadura nos meios em que me integrava: estudantil, profissional e social.

O artigo inclui documentos recolhidos nos arquivos do meu processo existente na PIDE sobre a minha atividade no período em análise, arquivados na Torre do Tombo, documentos do meu processo pessoal como aluna do ISSSP, e alguns documentos do meu arquivo pessoal, fotos pessoais e outras que se encontram divulgadas no livro “Um fotógrafo na Resistência “ de autoria de Sérgio Valente e ainda contributos bibliográficos de vários autores.

1. Do que falamos quando falamos de Liberdade?

Cinquenta anos depois do 25 de Abril de 1974 esta pergunta faz sentido? Uma vida quotidiana com décadas em liberdade, com liberdade de expressão, com eleições regulares, sem receios de prisão e tortura por defender ideias contrárias ao poder vigente, de livre acesso a redes sociais e informação disponível na ponta dos nossos dedos, falar de luta pela liberdade faz sentido?

A naturalização desta realidade, que agora parece ter sempre feito parte da nossa vida, é o perigo que pode conduzir à ignorância do percurso histórico e suas construções, as lutas e sacrifícios de muitos ao longo dos tempos. Foram 48 anos de vidas marcadas por perseguição política, campos de concentração, prisões, torturas, mesmo muitas mortes, silenciamentos e mentiras sistemáticas, ausência de liberdade de expressão, proibição de associativismo e de livre intervenção política.

A minha experiência nesta luta é muito modesta, considerando o sofrimento de muitos outros resistentes antifascistas, incluindo algumas assistentes sociais que já não estão entre nós! Tinha 25 anos em 1974, e portanto o meu percurso foi relativamente curto dado que a exposição pública, inevitável, como candidata pela oposição democrática nas últimas “eleições” de 1973, poucos meses antes do 25 de Abril, acabou por se constituir um fator de “proteção” provisória, relativamente a medidas mais duras como “a prisão”, que daria muito nas vistas. O regime político queria dar alguns sinais de abertura democrática, ainda que de fachada!

À data em que inicio este testemunho, 1969, foi mais um ano em que o regime enfrentava um isolamento político generalizado

mundial devido à guerra colonial², uma resistência interna visível pela contestação generalizada, greves e lutas sindicais contra o aumento do custo de vida; empobrecimento devido à guerra e à ausência ou fragilidade das políticas sociais, mas também um descontentamento silencioso, mas não menos importante, como era o fluxo imparável de emigração económica e o exílio político voluntário ou forçado dos jovens desde os anos 60 do séc. XX, como estratégia para fugir à guerra e à perseguição política³.

1.1. Liberdade para ser

A minha entrada para o Instituto Superior de Serviço Social do Porto para frequentar o primeiro ano do curso de serviço social no ano letivo de 1969/1970, é consequência da valorização prioritária da educação a que minha família sacrificava tudo o resto⁴, e é influenciada pela minha militância na JOC da paróquia – Juventude Operária Católica.

Ser assistente social foi uma possibilidade que me foi apresentada por colegas de liceu como hipótese de futuro percurso profissional completamente desconhecida para mim até então: nunca tinha contactado com nenhuma profissional (o ISSSP tinha iniciado a formação de assistentes sociais em 1956). Sem saber bem o que poderia fazer com este curso, abracei esta possibilidade com expectativas de ter uma profissão com formação superior, e melhor ainda, se pudesse fazer alguma mudança nas condições de vida das famílias operárias a que pertenciam as minhas colegas e amigas companheiras de brincadeiras de infância e da escola, e já na adolescência e juventude - as militantes da JOC. Tudo isto num período em que a doutrina social da Igreja propunha melhoria das condições de vida

² Iniciada em 1961 com a revolta em Angola e que se foi estendendo às outras colónias africanas.

³ Em cerca de 10 anos, saíram do país cerca de um milhão e quinhentos mil portugueses em idade ativa (15 % da população portuguesa).

⁴ Os meus pais eram comerciantes pobres numa freguesia do Porto, ainda com muita atividade rural, mas habitada por trabalhadores pobres da indústria têxtil, conservas e construção civil.

operária e incentivava a intervenção sindical como era proposto na *Encíclica Populorum Progressio* (1967).

Mas a primeira barreira de controlo surgiu logo nos procedimentos de matrícula: para ter acesso ao curso tive de assinar um documento em que declarava repúdio pela *ideologia comunista*. Não é possível mostrar essa declaração pois que todos esses documentos foram retirados dos processos dos estudantes do ISSSP em 1985⁵. Eu assinei a referida declaração, embora o seu significado⁶ fosse pouco claro para mim.

Entrar no curso de serviço social foi o início de um caminho de aprofundamento da liberdade de pensar, conhecer e mais tarde trabalhar pela liberdade de todos os que se foram cruzando no meu caminho porque sem pão, sem educação, sem habitação, sem trabalho e sem paz não existe liberdade.

1.2. Liberdade para conhecer

O curso de serviço social⁷ foi considerado um curso de nível superior desde 1964 e o acesso aos homens só foi permitido desde 1961.

O ano letivo de 1969/70 no ISSSP foi um ano em que já se faziam sentir as ruturas com os conteúdos e tipo de formação dos assistentes sociais até aí ministrados. Como afirma Netto, (1993,p.54) “ (...) os anos 60 foram (...) a década do terramoto. Para retomar uma bela fórmula de Marx, o que parece sólido desmanchou-se no ar, valores, normas, técnicas e comportamentos profissionais - tudo foi posto em questão”. A alteração dos planos de estudo tinha tido

⁵ Só restam fichas com os dados de identificação e as disciplinas e classificações obtidas durante o percurso académico.

⁶ Verifiquei que era não possível apresentar prova porque os processos dos ex alunos com os documentos de matrículas e outros documentos escolares tinham sido destruídos em 1985, e não existem regulamentos de matrícula da época. Contactei 4 colegas de curso e todas confirmaram a necessidade de assinar uma declaração anticomunista. Uma afirmou “Na altura até achei muito bem porque o “comunismo” era para mim uma coisa muito má e perigosa.”

⁷ O primeiro curso surgiu em Lisboa em 1939.

início em 1964 e tinham sido excluídas disciplinas de formação doméstica e cuidados de enfermagem. No meu primeiro ano já tive acesso a disciplinas da área das ciências humanas e sociais como sociologia e psicologia social. Algumas disciplinas eram ainda asseguradas por sacerdotes católicos, o que provocava um certo descontentamento, sobretudo nos casos em que se manifestavam muito conservadores, o que felizmente não era generalizado.

A ditadura impedia os cursos de ciências sociais e não aceitava a investigação sobre questões que tivessem implicações político-sociais por considerá-los “perigosos” Martins, (2021). Nos anos 60, os cursos de pós-graduação em serviço social apresentados pelo ISCS-PU⁸ e ISSSL⁹ não foram reconhecidos; no caso do ISCSPU fecharam mesmo outros cursos de ciências sociais, o respetivo diretor foi exonerado de todos os cargos e a direção da associação académica foi destituída Martins, (2021)

De qualquer forma o movimento estudantil em geral desenvolvia atividades de contestação e o serviço social não escapava a este clima. Logo no primeiro ano participei num grupo que contestava os conteúdos da formação mais conservadora, junto da diocese. Mais tarde esta contestação, que não teve a resposta esperada por parte da diocese, motivou uma saída de um grupo alunas do 3^a ano que decidiram acabar o curso no Instituto de Serviço Social de Coimbra. Devido a essa saída, nesse ano, no ISSSP, só se diplomaram 6 alunas.

Com a capacitação para o trabalho coletivo que desenvolvi com a minha participação nos grupos católicos, como a JOC¹⁰ da paróquia, estive envolvida com outras colegas do ISSSP na organização de um pequeno bar para os alunos e também na organização e funcionamento de uma sala de convívio, espaços importantes para o processo de socialização coletiva.

De uma forma geral, tendo terminado a minha formação com uma média de 15 valores, é interessante verificar que as notas mais

⁸ Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

⁹ Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

¹⁰ Juventude Operária Católica.

elevadas obtidas por mim foram nas disciplinas de sociologia e de estágio. Num país onde as ciências sociais estavam praticamente proibidas e onde o ensino superior, nesta área, estava praticamente restrito ao serviço social, a sociologia revelou-se muito interessante e estimulou o meu interesse pelo conhecimento.

Tabela 1 (notas obtidas nas disciplinas de sociologia e estágio)

1º ano	Val.	2º ano	Val.	3º ano	Val.	4º ano	Val.
Sociologia	15	Sociologia do desenvolvimento	14	Sociologia do trabalho	18	Investigação Social	15
Estágio CS do Barredo	17	Estágio na ODPS Bairro Regado	16	Estágio Obra Social das Fontainhas	16	Estágio CS do Barredo	16

Por outro lado, os estágios, pela experiência empírica que proporcionavam, foram um contributo insubstituível para a construção da minha consciência política e social. Esta experiência também permitiu desenvolver uma consciência social que aliava a teoria com a prática, o que era pouco comum nos grupos de jovens de que fazia parte: eu podia falar da realidade concreta da pobreza nas zonas mais pobres da cidade como o Barredo e nos dos bairros sociais, onde as condições de vida eram indignas, ou mesmo da situação vivida nas fábricas e pequenos serviços onde muitas das minhas colegas da escola e vizinhas trabalhavam.

Esta realidade era desconhecida pela maioria dos estudantes universitários com quem eu convivía, mas como a contestação ao regime era generalizada, todos queriam conhecer esse lado negro da pobreza, e acontecia estar no café ou mesmo num baile, e quando falava das minhas experiências de estágio¹¹, sempre era escutada com atenção e incredulidade. Mesmo as minhas colegas de curso que provinham da classe média, tinham dificuldade em conviver

¹¹ Num baile em que participei numa “República” de estudantes de engenharia, como eram denominadas as casas que acolhiam os jovens deslocados e que eram geridas pelos estudantes, depois de uma longa conversa sobre a experiência de estágio, um jovem foi buscar um livro que me quis emprestar – era o capital de Marx, com capa castanha opaca a tapar o título e com recomendação para não abrir no café ou no autocarro.

com as situações mais difíceis de pobreza.¹² No meu relatório de estágio de 4º ano, realizado no centro social do Barredo, apresento a situação habitacional de uma família de 4 pessoas que habitava uma parte de sala, que era separava por uma divisória improvisada em madeira, da parte habitada por outra família de 6 pessoas. O compartimento ainda era reduzido pela colocação de duas portas rudimentares, para cada família ter uma entrada própria.¹³

Conhecer implica ter liberdade no acesso ao saber, mas também curiosidade e espírito crítico para fazer a rutura com o senso comum, compreender a origem dos problemas, a explicação dos fenómenos para além das verdades aparentes e das falsas informações. Apesar das suas limitações e considerando a repressão que impunha restrições e proibições, a formação estimulou a procura do saber para além do prescrito. Autores como Paulo Freire e Marx eram tratados e eram objecto de debates entre nós, porque o ambiente era propício, e a cultura da resistência à ditadura emergia em muitos contextos e também no ISSSP.

E como afirma Ferreira (2003) o próprio Instituto Superior de Serviço Social do Porto era um caso interessante em termos de contestação e de mobilização e cita uma entrevista realizada junto de uma assistente social¹⁴ docente do ISSSP até 1972, que ao falar da sua experiência no ISSSP diz:

“Na época do Bispo do Porto (aí por 1971) o Instituto era conotado com a esquerda. Houve até a intenção de substituir a direção por Doroteias (...). Mas não conseguiram levar a cabo esta substituição porque o sistema já tinha afrouxado. Já à posteriori o gabinete de estudos criado apresentou uma proposta de animação cultural para o Porto, mas tal não chegou a efetivar-se, visto os assistentes

¹² De acordo com um relatório de estágio no Barredo, ano 63/64, das 520 famílias acompanhadas 46% viviam numa só divisão, sem sanitário nem água canalizada. Noventa famílias só dispunham de um quarto interior sem janela.

¹³ Recordo que numa visita domiciliária que fiz a esta família, a divisória improvisada em madeira que servia de cada lado para as famílias penduravam objetos domésticos, foi abanada durante toda a visita pelas crianças que estavam sozinhas e a comunicação foi praticamente impossível.

¹⁴ Maria Helena Cabral.

sociais serem considerados comunistas em virtude da imagem do ISSS Porto.” (Ferreira, 2003, p: 102)

Nos convívios universitários¹⁵ que frequentávamos, como jovens que éramos, dançávamos sem dúvida ao som de bandas da época como os “Beatles” ou os “Pink Floyd”, mas os convívios eram o pretexto para ouvirmos cantores da resistência como o Manuel Freire, Zeca Afonso, Sérgio Godinho e outros.

1.3. Liberdade para defender causas

Entretanto a minha consciência política também se ia moldando. Um primo muito próximo, estudante de medicina, foi preso pela Polícia Política, por estar envolvido na associação de estudantes de medicina. Foi preso em 5 de março de 1966, torturado - 10 dias de tortura de estátua e privação do sono - e escreveu sobre essa experiência e o movimento de solidariedade que gerou na universidade:

“Esta prisão desencadeou um grande movimento de denúncia e solidariedade, (...) com iniciativas que obrigaram a que o diretor da Faculdade de Medicina e o Reitor da Universidade do Porto se deslocassem separadamente à sede da PIDE, para se inteirarem da situação” Graça, 2015, p. 60

Como seria natural, esta experiência familiar de grande proximidade, pois que se tratava de um primo em primeiro grau que frequentava a minha família, foi usada pelos nossos pais como exemplo para nos meter medo e nos alertar que não nos devíamos meter nessas “*coisas da política*”. No entanto, esse medo a longo prazo não resultou, porque a indignação fazia crescer a vontade de resistir ao regime.

Assim o reconhecimento das desigualdades, a pobreza das famílias, a guerra e a falta de liberdade mobilizavam cada vez mais os

¹⁵ Os convívios nas faculdades de engenharia e medicina eram os que me lembro de participar com frequência. O baile era o pretexto, mas nos intervalos ouviam-se cantores de intervenção.

jovens, e como reconhece Granja (2012):

” (...) l’existence de ce pouvoir qui réprimait la population et qui maintenait Portugal dans la pauvreté, dans l’absence de droits politiques, et sans un réel système d’éducation, de santé, de protection social, de logement et de transports, devenu de plus en plus inacceptable. (Granja, 2012, p. 106)

Também Martins, 2021 afirma:

(...) nos primeiros anos de 1970, movimentos de oposição e resistência à ditadura diversificaram-se, ampliaram-se e radicalizaram-se, registando-se uma gradual adesão dos assistentes sociais a iniciativas de católicos progressistas ao movimento anticolonialista e ao movimento sindical. (Martins, 2021, p. 348)

Fiz o estágio de 2º Ano no Bairro do Regado com grupos de crianças e adolescentes. O estágio correu muito bem, apesar do grupo de crianças e adolescentes apresentarem alguns desafios devido à sua difícil relação com a escola, o saber e os adultos.

Fruto dessa experiência, reconhecida pela direção técnica da Obra Diocesana de Promoção Social do Porto ODPS (Obra Diocesana de Promoção Social), fui convidada para trabalhar no bairro Social de S. João de Deus¹⁶ embora tivesse terminado apenas o 2º ano do curso. Em 1971¹⁷ o Bairro tinha 403 famílias com um total de 1800 pessoas das quais 860 tinham entre os 0 e os 21 anos. De acordo com um relatório de estágio de serviço social do ano letivo 1963/64, 57% da população do bairro atingia apenas o mínimo de subsistência e 31,5 % eram analfabetos.

Porquê este convite para exercer uma atividade social, quando eu ainda estava a meio do curso? O argumento que me foi dado é que o centro social do bairro estava encerrado porque a relação com

¹⁶ Recebi salário e fiz contribuições para a Segurança Social.

¹⁷ Dados recolhidos em 1972 pela ODPS com base num ficheiro da CM do Porto.

a população era difícil e que até já tinha havido agressões a funcionários do centro. Afirmaram que eu tinha demonstrado no estágio capacidade para me relacionar com crianças e jovens e poderia conseguir estabelecer uma relação de confiança com estes grupos e reorganizar os serviços a ele destinados.

Aceitei este desafio. Num ano e pouco de atividade passei cerca de 2 meses com as crianças e jovens no espaço exterior, porque eles me *"impediam"* de entrar no centro: obstruíam a fechadura para eu não conseguir abrir a porta, colocavam pedras para me impedir de fechar a porta e entrar no centro social. Nunca tive problemas de agressão ou violência contra mim, mas tinha de estar na rua com eles, falar com eles, passear pelo bairro com os grupos. A população que vivia nos blocos do bairro em frente do centro social, ao ver a dificuldade que eu tinha para ter acesso às instalações sempre rodeada de grupos de crianças e jovens, gritavam para eu chamar a polícia! Nunca fiz isso!!!

A pouco a pouco o trabalho de rua permitiu criar uma relação de confiança e finalmente o centro pôde abrir com salas de atividade e foram contratadas duas auxiliares¹⁸. Dirigi o centro social até se iniciar o estágio do 4º ano no ano letivo 1972/73. A direção do ISSSP, entretanto, não aceitou que eu fizesse estágio no Bairro, por problemas existentes entre o Instituto e a ODPS neste período.

A investigação documental que fiz para elaborar este artigo mostrou uma realidade complexa, nomeadamente interferências do poder político autarca no trabalho social comunitário desenvolvido, resistência dos assistentes sociais aos processos de controlo e possibilidade de repressão política sobre a população dos bairros camarários bem como sobre os voluntários que colaboravam nos centros.

¹⁸ O centro social continuou com o seu funcionamento normal e foi contratada uma assistente social.

Foto 1 - Imagens de crianças junto de quem desenvolvi esse trabalho - fotografia pessoal



Segundo (Negreiros, 1985) o serviço social comunitário desenvolvido nos bairros sociais, pela ODPS e com apoio técnico do ISSP, estimulava a participação dos moradores, criava comissões de moradores¹⁹, que organizavam atividades como bibliotecas, grupos de teatro, centros de convívio e geriam serviços destinados a crianças e jovens²⁰. Silva (2022) afirma que:

These traces of dissent in the profession cannot be separated from the methodological renovation in terms of intervention that took place in the 1960s, particularly involving community organising and community development". Silva, 2022, p. 47

¹⁹ Em 1967 existiam no bairro as seguintes comissões: Central, Centro de Convívio, Posto de Socorros, Biblioteca e Teatro.

²⁰ O Bairro era um dos que possuía um espaço coletivo polivalente construído pela Câmara.

Mas em 1972, a Câmara decide reduzir o apoio financeiro à ODPS: na sua resposta à solicitação da Obra sobre a razão da redução do financiamento²¹ bem como sobre a clarificação sobre os objetivos da promoção social que propõe, a Câmara afirma que o sentido de promoção social deverá prioritariamente iniciar-se pelas crianças (infantários, jardins escola e salas de estudo) e depois em momento próprio abranger outros grupos, Negreiros (1985).

A dinâmica desenvolvida nos bairros, a integração de voluntários, para apoio a atividades com a população, muitos deles universitários, artistas e intelectuais, começa a inquietar os poderes políticos. Ferreira (2021) afirma sobre os anos 70:

Durante toda a década, a sociedade e a política portuguesa sofrem pressões externas, às quais o serviço social não fica alheio, pronunciando-se sobre temas proibidos como a guerra colonial, a opressão, o lugar da mulher, a liberdade de associação e pensamento. Ferreira 2021 p. 331.

Estas novas metodologias de trabalho, segundo Negreiros, 1985, provocam ruturas com os poderes estabelecidos. Silva, (2022) identifica o reconhecimento da participação no serviço social de comunidade como um valor indispensável “Beyond its implicit philosophical and political democratic principles, community development implied its own, technicalities, among which participation was indispensable. Silva 2022, p. 48,49

E a ODPS, pressionada pelo poder político, quer que os assistentes sociais digam os nomes dos voluntários que participam nas múltiplas atividades, que retirem as chaves dos serviços geridos pelas comissões de moradores e passem a assegurar a gestão dos serviços.

Ferreira, (2021) considera que o serviço social português estava na linha da frente quanto ao novo método de desenvolvimento

²¹ Solicita clarificação quanto ao sentido da promoção social a realizar e decisão da Câmara de restringir as verbas disponibilizadas.

comunitário. Por exemplo, o sindicato dos profissionais colaborou na organização de um seminário sobre a organização e desenvolvimento comunitário, organizado pela Union Catholique Internationale de Service Social em 1961, onde a Professora Manuela Silva²², tendo como referência a doutrina social da igreja, apresenta um trabalho sobre o desenvolvimento comunitário em que utiliza o conceito de desenvolvimento da ONU e o operacionaliza considerando as condições do país, Ferreira (2021). Manuela Silva em 1963 escreve que o desenvolvimento comunitário, entrou na linguagem internacional para designar:

(...) o conjunto de processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral. Silva, 196, p. 543

Num relatório de estágio desenvolvido no Bairro S. João de Deus, 66/67, a estagiária fala de reuniões gerais de moradores, formação de comissões, organização de uma exposição visitada por cerca de 700 pessoas, sobre a ideia de comunidade e sobre as necessidades do bairro. No mesmo relatório refere a abertura de um centro de convívio e um posto de socorros.

Não é por isso estranho que os profissionais se tivessem recusado a fornecer os nomes dos colaboradores voluntários e a pedir as chaves aos membros das comissões que geriam espaços e serviços nos centros sociais. Em consequência disso, a maior parte afrontou o regime, recusaram a pôr em causa os princípios da participação ativa das populações, tão importante no serviço social comunitário e demitiram-se.

²² Manuela Silva (1932 a 2019) economista católica, professora no Instituto Superior de Economia e Gestão, com investigação centrada nas áreas da pobreza, desigualdades e distribuição de rendimentos.

Esta rutura entre a ODPS, os técnicos e a população dos bairros, por pressão dos organismos políticos e sociais, está possivelmente na origem do encerramento do Centro Social do bairro de S. João de Deus. A hipótese que coloco como possível, sobre a minha contratação é a seguinte:

- Desconhecendo eu todo o processo anterior e não tendo acompanhado os conflitos que antecederam a minha entrada, evitaria problemas e conflitos.
- O facto de ser ainda estudante também pode ter influenciado, porque tinha salário reduzido, numa fase de redução de financiamento.
- Finalmente como tinha demonstrado alguma competência na relação e na organização de atividades com crianças e jovens poderia corresponder à necessidade de criação de serviços para a infância, de acordo com novas orientações – e esta foi a razão que me foi apresentada como objetivo do trabalho a realizar²³.

2. A resistência ao regime e as suas consequências na liberdade individual e coletiva

Em setembro de 1973 participei na lista da oposição democrática do Porto às eleições legislativas. Era das mais jovens²⁴ e a única mulher candidata pelo Porto²⁵.

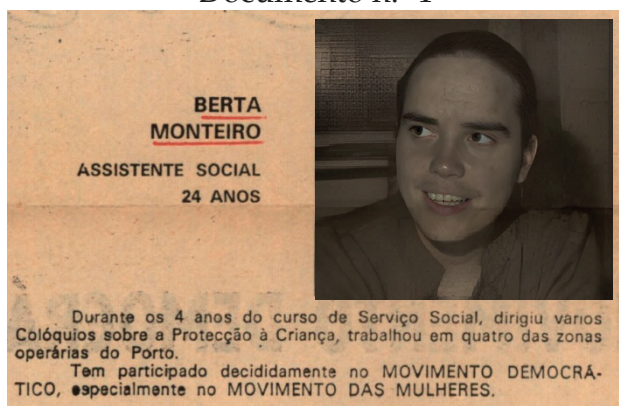
²³ A investigação documental que tive que fazer para elaborar este artigo e precisar os factos levantou novas hipóteses de explicação para a minha contratação em 1971. Que o meu estágio com crianças tinha tido êxito não tenho dúvidas, mas a contratação de uma pessoa que ignorava estes últimos acontecimentos e mudança na estratégia a desenvolver nos bairros sociais e as ruturas que foram geradas é sem dúvida uma hipótese também a considerar.

²⁴ O mais jovem era o estudante Joaquim Augusto Nunes Pina Moura (1952 -2020) que tinha 21 anos em 1973. Mais tarde foi Ministro da Economia e Finanças dos Governo de António Guterres.

²⁵ O nome MONTEIRO com que apareço em toda a documentação da PIDE era o nome que assumi depois do meu casamento em 1972. Deixei de usar depois do meu divórcio ocorrido em 1982.

Segundo registo de informação da polícia política, de 4 de agosto de 1973, foram apresentados 27 nomes, entre eles o meu, num “piquenique” que segundo a PIDE foi *pomposamente chamado de plenário*²⁶, realizado num pinhal em Pedrouços, em 29 de julho, promovido pelo Movimento Democrático do Porto. A seleção dos 12 candidatos, ocorreu em 8 de Setembro do mesmo ano; na mesma informação a PIDE refere que a relação dos nomes devia ser encarada com certa reserva, pois segundo eles a maior parte não aceitaria o cargo, mas a realidade comprova que todos aceitaram.

Documento n.º 1



Parte do folheto de divulgação da lista de candidatos do Porto às eleições legislativas de 1973, composta por 12 candidatos: 2 operários, 2 estudantes e um elemento de cada uma das seguintes profissões - bancário, advogado, jornalista, médico, engenheiro civil, arquitecto, professor e assistente social.

2.1. A luta para ter voz e a repressão

A minha primeira experiência pessoal de falta de liberdade para ter voz foi quando falei com um jornalista amigo sobre o facto

²⁶ Informação da PIDE sobre a atividade da oposição democrática no Porto integrada no meu processo.

de o Hospital de S. João depositar o lixo hospitalar perto do Bairro S. João de Deus. Estas lixeiras eram acessíveis às crianças do bairro que percorriam livremente os arredores do Bairro, embora segregados da cidade. Quando comecei o trabalho no bairro, verifiquei que a esmagadora maioria nunca tinha visto o mar ou sequer visitado o centro do Porto; por isso desenvolvemos atividades para contrariar essa segregação e garantir que de alguma forma conhecessem a sua cidade. Pela primeira vez muitos delas andaram de autocarro pagando bilhete ou experimentaram entrar numa confeitaria para comprar um bolo (até aí viajavam pequenas distâncias de autocarro, pendurados enquanto não eram expulsos) ou olhavam as montras unicamente para ver.

Uma pequena notícia publicada num jornal local²⁷ deu origem a que eu fosse avisada que a polícia política tinha colocado o telefone do centro social sob escuta, de acordo com informação recebida por um dirigente da ODPS.

Posteriormente nas intervenções durante a campanha eleitoral, a minha voz foi de denúncia permanente das condições de vida das populações mais pobres.

²⁷ A investigação sobre notícias publicadas nos jornais sobre este período está por fazer; o que está para já disponível são as notícias que constam do meu processo na Polícia Política PIDE/DGS, arquivado na Torre do Tombo, elaborado pelos seus agentes. Mas na altura da publicação da notícia sobre a lixeira hospitalar, eu não estava identificada ainda pela PIDE/DGS.

Foto 2 - Foto pessoal – autor Sérgio Valente



Durante toda a campanha eleitoral em todos os comícios em que participei usei a minha voz para denunciar os graves problemas de habitação, a situação das crianças e das mulheres, a falta de apoio às famílias, o aumento do custo de vida e as consequências da guerra colonial no empobrecimento do país, no desinvestimento nas políticas sociais então ainda muito frágeis.

Muitas dessas denúncias constam do processo da PIDE/DGS, em relatórios dos agentes que iam aos comícios para obter informações:

Documento n.º 2

E perguntou: "Quem mais que a mulher sente a subida constante dos preços? Não é ela que com os pequenos ordenados 5do companheiro, dos filhos e muitas vezes com o seu) tem que compara carne, o peixe, os géneros e a fruta, pagar as rendas caríssimas por casas sem o mínimo de condições? Os salários aumentam pouco e só de vez em quando, ao contrário do custo de vida que sobe diariamente apesar das promessas do Governo de resolver a situação". Analisando comparativamente outras questões com que se debate a mulher, a mesma referiu: "Os trabalhadores portugueses recebem salários baixos, as condições e os horários de trabalho são desumanos. Mas a mulher pagam-se ainda salários mais baixos mesmo quando realizam trabalho igual ao do homem. As mulheres sentem de forma especial as más condições e horários de trabalho e, apesar de existirem algumas leis que as protegem, estas nem sempre são aplicadas". Continuando disse: O acesso a grande número de profissões está-lhe vedado ou por impedimentos legais

Informação redigida por um agente em 31 de outubro de 1973 que esteve presente num comício no Cinema Vale Formoso realizado em

28 de Setembro do mesmo ano, processo 38.660. No final da nota refere ainda que existem recortes dos jornais: A capital, Diário de Lisboa, Primeiro de Janeiro, República e Comercio do Porto estão arquivados em pasta. A nota refere ainda que a sala estava completamente cheia.

Existem ainda no meu processo dois discursos integralmente escritos e usados por mim em comícios, que estão anexados ao meu processo, um deles manuscrito e outro dactilografado embora com anotações manuscritas por mim.

Este facto é muito intrigante e difícil de explicar porque desconheço como passaram para a posse da polícia. Para os obter, calcula-se que podem ter usado duas formas possíveis: conseguir que algum informador os tivesse roubado durante o comício, sem que eu me tivesse apercebido. Segundo Pimentel (2007, p. 314) “Um dos principais meios de obtenção de informação da PIDE/DGS era o conjunto de informadores” da PIDE, criados por influência da CIA para, entre outros objetivos, se infiltrarem nos contextos de oposição ao regime. Depois do 25 de Abril de 1974 soubemos que um dos membros da nossa lista da oposição era informador da PIDE.

Outra possibilidade é terem sido intercetados num provável envio de correio que eu tenha feito a pedido de alguém. Mas passados 50 anos é impossível confirmar ou relembrar todos os factos. Mas que são os meus originais não me restam dúvidas.

A repressão sobre as denúncias que fazíamos intensificava-se quando abordávamos o tema da guerra colonial. Em 24 de outubro de 1973 participei num comício em Lousada²⁸ onde outro candidato, Casiano Abreu e Lima, falou contra a guerra colonial. Este facto provocou a ira da GNR local, que dentro do recinto começou a bater nos participantes no comício; e quando as pessoas tentavam escapar deu-se a intervenção da polícia de choque do Porto que se encontrava fora do

²⁸ Foi graças ao convite pela C.M. de Lousada, para participar numa sessão comemorativa deste comício, evento que iniciou as comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril em Lousada. O meu filho mais velho, que poderia não chegar a nascer se eu tivesse sido agredida como foram muitos outros participantes do comício, quis acompanhar-me nessas comemorações na companhia do seu filho, meu neto de 15 anos. Foi este evento e o interesse que despertou nos dois que me estimularam para procurar os meus arquivos da PIDE, que tanto contribuíram para este artigo, e que durante 50 anos eu nunca procurei.

recinto. Cassiano Abreu e Lima, médico, relembra este acontecimento e afirma:

Aos que não foram evacuados por ferimentos mais graves, passei eu a noite a noite a coser rasgões nos escalpes, braços e dorsos, a desinfetar e pensar feridas, a desancar no regime e a consolá-los, pobres vítimas da brutalidade soez e covarde daqueles tristes lacaios dos fascistas. (Lima 2015:109)

Num comício em Valadares, fui eu a encarregada de falar sobre a guerra. Logo que iniciei o discurso, o chefe da polícia presente disse que eu não poderia continuar a falar sobre a guerra, sob pena de mandar encerrar o comício, recorrendo à força.

Registou-se um clima de tensão e confusão na sala. Os participantes incitavam-me para continuar a falar, gritando palavras de ordem contra a polícia e o regime. O presidente da mesa analisou o perigo eminente: a sala era pequena, estava apinhada, as saídas eram estreitas, o que poderia resultar em tragédia e mortes, caso a polícia entrasse para dispersar as pessoas.

O clima era sempre de grande tensão entre os democratas e a polícia, como pode ver-se na imagem seguinte num comício em Coimbrões:

Foto 3 - Estou na ponta da mesa do extremo esquerdo!!! Foto de Sérgio Valente



Com muito sangue-frio o candidato Cassiano Abreu Lima, já aqui referido, pegou no meu discurso e começou ele a ler. Como o texto estava manuscrito e com muitas alterações de última hora, ele teve dificuldade em ler e pediu para eu ler ao ouvido e ele repetia em voz alta o que eu ia dizendo. Este ato de coragem, resistência e firmeza inesperado, surpreendeu o chefe da polícia, que não interrompeu mais e deixou-o ler o discurso até ao fim, comigo a ditar ao ouvido. O chefe da polícia, admitiu no final do comício junto do presidente da mesa, que temeu uma tragédia, dadas as condições da sala, e um público demasiado emocionado e com um nervosismo explosivo coletivo à flor da pele.

Posso garantir que a partir do momento em que comecei a ler o discurso ao ouvido do outro candidato, ninguém mais ouviu nada, tais eram os gritos e a pateada que se ouvia na sala. Foi um ato de resistência do Cassiano Abreu e Lima continuar a ler o discurso, apesar de ser evidente que o ambiente que se gerou na sala, ia impedir que se conseguisse ouvir!

Parte manuscrita do discurso que foi lido integralmente no comício apesar da proibição e das ameaças:

Documento n.º 2

veiquanto a muito homens
foi proibido dizer o que
queram, escolhe livremente
o seu futuro, e todos os
permitido ~~vamos~~ ^{podem} dizer ao
o que querem e ~~se~~ ^{se} mentir
e decidirem pelo futuro
do mundo, não pode
fazer por!
Mas existe uma situação
de injustiça ~~que~~ ^{que} neste
momento que tens consigo
inevitavelmente a guerra,
e que no mundo de hoje
é prejudicada pela maioria
dos povos do mundo, ~~com~~
~~grande indignação~~. Esse
injustiça e o colonialismo!

2.2. Liberdade para trabalhar

Em 1973, terminado o curso em julho²⁹, concorri a um anúncio publicado no Jornal de Notícias para trabalhar como assistente social numa empresa³⁰ do grupo ITT, a fábrica metalúrgica OLIVA, em S. João da Madeira. Fui convocada para uma entrevista em outubro de 1973 conforme se pode verificar no documento n.º 5, importante para provar que não poder ter havido engano, foi um processo de recrutamento normal – anúncio no jornal, e entrevista de seleção.

Fui selecionada pela assistente social da empresa, não pela experiência porque era recém-formada, era o meu primeiro emprego, mas porque devo ter correspondido ao que era esperado e porque tinha média de final de curso de 15 valores, média elevada, considerando a média de notas do ISSSP.

Cheguei à empresa para trabalhar no início de novembro e a colega assistente social começou por me apresentar aos trabalhadores do sector administrativo. Logo nessa apresentação um dos funcionários cumprimentou-me e afirmou de imediato: “Agora é que vamos ter a creche na fábrica”

Documento n.º 4



²⁹ Em 1973, acabaram o curso no ISSSP 19 assistentes sociais.

³⁰ Como tinha recebido bolsa de estudo do então Ministério das Corporações e da Previdência Social durante o curso, tinha assumido a “obrigação” de trabalhar em contexto de empresa.

Carta recebida em outubro de 1973 a marcar a entrevista que deu acesso à minha contratação.

Percebi que me reconheceria como candidata da oposição, possivelmente por ter participado em comícios onde a minha exigência de serviços para a infância era uma constante.

Assim como ele me conheceu, algum informador da PIDE me conheceu também, e de imediato a empresa foi pressionada para me demitir, sem qualquer justificação plausível, ao fim de cerca de pouco mais de uma hora de início de funções.

A colega responsável pela minha contratação recusou-se a admitir que se tinha enganado na minha contratação, com uma coragem que até hoje admiro. O responsável pelos recursos humanos tentou em vão arranjar argumentos para justificar o meu despedimento.

Nem o diretor da empresa, que me recebeu uns dias mais tarde, conseguiu encontrar qualquer argumento que pusesse em causa o motivo único e exclusivo de despedimento: motivos políticos. De acordo com o que testemunhei em 2015:

Ameacei denunciar publicamente o despedimento claramente de carácter político. Por isso mais tarde fui recebida pelo diretor geral da empresa que, muito constrangido, continuou a afirmar que todo o processo de recrutamento tinha sido um engano (...) nunca reconheceu a interferência da PIDE (...) mesmo quando eu argumentava com o absurdo das justificações dadas. Granja, 2015, p. 97

O jornal República publicou a notícia sobre o despedimento em novembro, assim como o Sindicato dos Técnicos de Serviço Social publicou uma nota de denúncia do despedimento.

Mais tarde, em fevereiro de 1974, o Jornal República noticiou também a continuação da situação de desemprego, que só terminou depois do 25 de Abril de 1974.

Documento n.º 5



Por isso no meu testemunho escrito para a publicação sobre os 40 anos do 25 de Abril afirmo que no dia 25 de Abril de 1974, à noite, depois de consolidada a revolução, com muita alegria e emoções indescritíveis:

Fatigada (...) mas não queria dormir.

Queria estar consciente, queria viver sofregamente cada minuto da Liberdade tão desejada e cuja sensação eu desconhecia nos meus primeiros 25 anos de vida. Teimosamente queria manter os olhos abertos para esta nova vida, sentir a sensação de liberdade, viver cada minuto com a consciência que a PIDE não viria bater-me à porta (...) Granja, 2015, p.100

Conclusão

A Liberdade que tantos sacrifícios custou a muitos e para a qual tentei dar uma humilde contribuição custou vidas, torturas, prisões, desemprego, medo e perseguições. Muitos, apesar da sua luta, morreram sem ver “o dia inicial inteiro e limpo” de que nos fala Sophia de Mello Breyner, no seu célebre poema sobre o dia 25 de Abril.

A liberdade é uma construção social que é preciso defender e que nunca é dada aos povos, sempre tem de a conquistar e consolidar. Assim tem sido ao longo da história humana, com avanços e recuos permanentes.

Liberdade não é só a liberdade política de participar periodicamente nas eleições, liberdade é ter acesso em condições de igualdade aos recursos das sociedades - o pão, a paz, saúde, habitação, uma educação de qualidade que desenvolva capacidade para pensar de forma crítica e reflexiva a partir de conhecimento com informação não manipulada pela meia dúzia de corporações que ao serviço do poder económico e financeiro controlam a comunicação mundial, para não falar do poder sem lei dos algoritmos das redes sociais.

A luta pela liberdade continua noutras condições, mas é urgente e indispensável.

Lista de documentos:

1. Panfleto de divulgação da lista de candidatos do Movimento Democrático do Porto
2. Informação da PIDE
3. Parte de discurso manuscrito
4. Carta da empresa ITT a convocar para entrevista de emprego
5. Notícias publicadas em Jornais sobre o despedimento

Lista de fotos:

1. Grupo de crianças no bairro S. João de Deus
2. A discursar num comício do Movimento Democrático do Porto 1973
3. Comício em Coimbrões quando a Polícia tentava controlar os discursos

Bibliografia:

Ferreira, M^a Adília (2003) O discurso da resistência ou a Resistência do Discurso - Os assistentes Sociais no movimento de oposição

ao estado Novo 1969 a 1973 Dissertação de Mestrado em Serviço Social-ISMT

- Ferreira, M^a Emília Freitas (2021) Desenvolvimento comunitário em Portugal nos anos 1960: que participação e significado no Serviço Social português. Iamamoto, M.; Santos C. M. (orgs) (2021) A HISTÓRIA pelo AVESSO, S. Paulo, Cortez Editora pp: 319-343
- Graça, António S. (2015) Testemunho Org Carlos Teixeira “40 vidas por Abril.” Editora: Modo de Ler, 57-63
- Granja, B. (2012) La formation en travail social au Portugal. (org) Rullac, Stéphane La Science du travail social Hypothèses et perspectives, ESF
- Granja, B (2015) Testemunho, (Org) Carlos Teixeira 40 vidas por Abril. Editora: Modo de Ler, 93 -100
- Lima, Cassiano, A. (2015) Testemunho . Org Carlos Teixeira 40 vidas por Abril. Editora: Modo de Ler, 101-111
- Martins M. A. 2021 *Processo de renovação do serviço social português nos anos 70 na perspectiva histórico crítica* in Iamamoto, M.; Santos C. M. (orgs) (2021) A história pelo avesso. S. Paulo, Cortez Editora (pp 345-366)
- Negreiros, Augusta (1985) *Trabalho Social de Comunidade nos bairros camarários do Porto*. Intervenção Social n^o 1 p.41 a 54
- Netto, J. P. (1993) *O Serviço Social Hoje*. Intervenção Social n^o 7. pp 53-57
- Pimentel, Irene (2007) a história da PIDE. Círculo de Leitores: Temas e Debates
- Silva, Maria Manuela da (1963) Fases de um processo de desenvolvimento comunitário. Análise Social n^o4, volume , Outubro
- Silva, Pedro G. (2022) Social Work in Revolution: Political agency and Intervention of social workers in the democratic transition in Portugal (1974-1975) Dissertação de doutoramento em Serviço Social: ISCTE / JYVÄSKILÄN YLIOPISTO UNIVERSITY OF JYVÄSKILÄN

Outra documentação consultada:

Processo 38.660 Direção geral de Segurança, delegação do Porto, Torre do Tombo

Relatório de estágio do curso de serviço social do ISSSP, de Maria Otília G.C Novais 1963/64, realizado no Centro Social do Barredo.

Relatório de estágio do curso de serviço social do ISSSP, de Maria Isabel Brandão realizado no Bairro S. João de Deus 1966/67.

Relatório de estágio de 4º ano do curso de serviço social do ISSSP, de Berta Pereira Granja Monteiro realizado no Centro Social do Barredo 72/1973.